

FEMINISMO TRANSNACIONAL E A CRISE DO NEOLIBERALISMO: ESPAÇOS, PRÁTICAS, SUBJETIVIDADES

*TRANSNATIONAL FEMINISM AND THE CRISIS OF NEOLIBERALISM:
SPACES, PRACTICES, SUBJECTIVITIES*

Marianna Esposito¹
Traduzido por Augusto Jobim do Amaral²

RESUMO

O texto analisa a liberdade feminina no contexto da crise contemporânea do neoliberalismo, compreendido não apenas como doutrina econômica, mas como uma racionalidade política e moral que permeia instituições, subjetividades e formas de governo. A partir de um diálogo crítico com o debate sobre as relações entre feminismo e neoliberalismo, examina-se os processos de adaptação e captura das reivindicações feministas pelo chamado “neoliberalismo progressista”, bem como as reações conservadoras e antifeministas que emergem em cenários autoritários recentes. Sustenta-se que, após a crise de 2008, o neoliberalismo não entrou em colapso, mas se reconfigurou como governo permanente da crise, articulando austeridade, financeirização, moralização da vida social e recrudescimento patriarcal. Nesse contexto, destaca-se o caráter subversivo das práticas feministas transnacionais, especialmente na América Latina, onde a racionalidade neoliberal se impôs de forma autoritária e colonial. Ao mobilizar experiências como os feminismos comunitários, eco-territoriais e as greves feministas, a análise evidencia formas de resistência enraizadas na reprodução da vida, no cuidado e na construção de alianças transfronteiriças. Por fim, propõe-se uma concepção de liberdade feminina como prática relacional e política, irredutível à lógica do mercado, orientada pela criação de espaços comuns capazes de desafiar a hegemonia neoliberal e suas formas de dominação.

Palavras-chave: Feminismo Transnacional; Neoliberalismo; Liberdade Feminina; Práticas Políticas.

ABSTRACT

The text analyzes women's freedom in the context of the contemporary crisis of neoliberalism, understood not only as an economic doctrine but as a political and moral rationality that permeates institutions, subjectivities, and forms of governance. Through a critical dialogue with debates on the relationship between feminism and

¹ Professora Associada de Filosofia Política na Universidade de Salerno. Doutora em Filosofia e Política pela Università di Napoli “L’Orientale”. Atua nas áreas de filosofia política e estudos de gênero. É autora de obras como *Oikonomia: una genealogia della comunità* (2011) e *Politiche di salvezza* (2015). Integra conselhos editoriais de periódicos e coleções na área de filosofia política. E-mail: maresposito1@unisa.it. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2555-6550>

² Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Criminais e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, ambos da PUCRS. Doutor em Altos Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra/POR e Doutor em Ciências Criminais pela PUCRS. Visiting Research Fellow na Università degli Studi di Padova/ITA (Coimbra Group Scholarship, 2018-2019) e Visiting Professor na Universidad de Sevilla/ESP (CapesPrint, 2022) e na Università degli Studi di Salerno (Erasmus, 2024). E-mail: augusto.amaral@pucrs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0874-0583>

neoliberalism, it examines the processes through which feminist demands have been adapted and captured by so-called “progressive neoliberalism,” as well as the conservative and anti-feminist reactions that have emerged in recent authoritarian scenarios. It argues that, after the 2008 crisis, neoliberalism did not collapse but was reconfigured as a permanent government of crisis, articulating austerity, financialization, the moralization of social life, and a resurgence of patriarchy. In this context, the text highlights the subversive character of transnational feminist practices, particularly in Latin America, where neoliberal rationality has been imposed in authoritarian and colonial forms. By mobilizing experiences such as community-based feminisms, eco-territorial feminisms, and feminist strikes, the analysis reveals forms of resistance rooted in the reproduction of life, care, and the construction of cross-border alliances. Finally, it proposes a conception of women’s freedom as a relational and political practice, irreducible to market logic and oriented toward the creation of common spaces capable of challenging neoliberal hegemony and its forms of domination.

Keywords: Transnational Feminism; Neoliberalism; Women’s Freedom; Political Practices.

Neste artigo, abordarei a questão da liberdade feminina no contexto global atual, levando em consideração as práticas feministas que desafiam o “projeto moral e antidemocrático de total economicização da vida social” (Brown 2019), promovido nas últimas décadas pelo neoliberalismo em suas diversas formas: desde a versão radical e progressista com que se afirmou nos Estados Unidos e na Europa durante os anos 80, até a forma autoritária hoje no centro das manobras de poder e dos processos de acumulação de capital, graças à aliança entre as elites tecnocráticas e a extrema direita no governo. O colapso financeiro de 2008 não sancionou, de fato, o ocaso do neoliberalismo, mas sua procrastinação em uma forma de governo da crise. Uma modalidade de gestão assegurada por processos institucionais que “sempre adiam o fracasso das reformas e tiram proveito desse adiamento” (Esposito, Moini, 2024, p. 73) em virtude de dinâmicas que combinam estrategicamente imposição e consenso, autoritarismo e populismo, moralidade e exploração.

Antes de questionar o presente, pode ser útil, então, fazer uma referência ao debate sobre a relação entre feminismo e neoliberalismo que se afirmou nas últimas décadas, porque isso permite destacar a função “adaptativa” e de reestruturação hegemônica exercida pelos processos de neoliberalização” (Esposito, Moini, p. 71) em resposta ao desafio igualitário lançado pelos movimentos de libertação de 1968. Ao mesmo tempo, a referência a esse debate destaca a dimensão subversiva dos conhecimentos e das ações mobilizados pelos feminismos em resposta às crises econômicas que se sucederam desde 2008: quando, na sequência das políticas de austeridade, surgiu a crise da dívida e da reprodução social e começou a afirmar-se uma economia feminista (Federici, 2018) e uma política renovada das mulheres em escala transnacional.

Em virtude do caráter variado da ideologia neoliberal, sempre filtrada pelas instituições e pelas “configurações de poder historicamente formadas” (Cox, O’Connor, 2025, p. 4.) entre facções neoliberais, libertárias e anarco-capitalistas e partidos políticos, a resposta contrarrevolucionária aos movimentos feministas não foi unívoca, mas traduziu-se em estratégias de apropriação cultural e em verdadeiras formas de contra-ataque, de “reação conservadora, backlash” (Faludi, 2006). Uma ofensiva antifeminista destacada por Susan Faludi em seu livro *Backlash. The Undeclared War Against American Women*

no qual ela descreve o ataque midiático lançado contra o movimento feminista, representado na mídia americana dos anos 90 como responsável pela desordem social americana e pelos problemas do país. O objetivo estratégico dessa reação foi restaurar a hegemonia do capital e a ordem patriarcal do mercado (Ciolli, 2024), baseada na invisibilização dos cuidados e na subordinação das mulheres na divisão sexual do trabalho. O primeiro ponto a destacar é, então, a específica “ratio hegemônica” evidenciada por Michel Foucault em 1978-1979, quando ele identifica no ordoliberalismo e no anarco-capitalismo americano não apenas os pilares de uma nova teoria econômica, mas uma forma de governamentalidade, uma nova “razão do mundo” (Dardot, Laval, 2010) não mais subordinada à soberania do Estado, mas aos poderes financeiros do mercado, capaz de saturar o espaço político e neutralizar o conflito por meio de dinâmicas libidinosas de consenso e produção de subjetividades. Trata-se de uma liberdade profundamente diferente daquela relacional e política posta em prática pelos feminismos, através de um movimento e de um sujeito imprevisível da história que coloca em jogo as relações de poder e o simbólico que as estrutura. A aplicação da racionalidade neoliberal implica, de fato, a construção de normas, espacialidades e subjetividades orientadas para o princípio da empresa como espaço estratégico de sua ação de governo. Isso significou não apenas a ruptura com o liberalismo clássico de Adam Smith, mas uma inversão de rumo em relação aos programas keynesianos do New Deal. Com a virada neoliberal, de fato, o mercado se torna garante do processo de regulação na relação entre Estado e cidadãos, e a política assume a tarefa de *idear formas de governo* funcionais à nova forma de produção de valor baseada na financeirização. Uma tarefa justificada pela difusão de um quadro ligado a um sistema de crenças não econômicas enraizadas na moral (Kristol, 1983), na ordem ontológico-natural (Rothbard, 2000), e na biologia (Becker, 1973), através dos quais se enfrenta a indiferença normativa do processo produtivo, a não autossuficiência do mercado e a legitimação de um contexto institucional baseado em hierarquias sexuais, estendido a todos os âmbitos da vida e dentro do qual os indivíduos são ‘livres para escolher’ com base no cálculo de custo-benefício em função do consumo.

Este projeto histórico afirmou-se nos Estados Unidos precisamente em resposta aos movimentos de libertação feminista, negra e homossexual que, a partir de 1968, abalaram os fundamentos patriarcais, raciais e sexistas do sistema capitalista americano, minando “o conceito de autoridade, o valor da família e as políticas estatais que se baseavam nesses fundamentos sociais” (Ciolli, 2024, p. 134). A respeito dessa resposta, que se traduziu em uma aliança entre as instâncias globalistas da Nova Esquerda americana e setores do capitalismo cognitivo (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood), Nancy Fraser falou de “neoliberalismo progressista” (Fraser, 2000): um processo de neoliberalização das instituições que incorporou as críticas feministas à autoridade estatal, ao salário familiar do chefe de família, ao paternalismo do Estado social, à construção hierárquica da diferença de sexo e raça. A partir dessa convergência, afirmou-se um modelo empresarial, individualista e competitivo de feminilidade (Casalini, 2018) que não questiona a ordem hierárquica do mercado e a divisão sexual do trabalho pressuposta pelo mercado como seu fundamento extraeconômico. Em vez disso, opera sobre a naturalização do próprio mercado - ‘Não há alternativa’, dizia Margaret Thatcher (Harvey, 2005, p. 23) - e trabalha na normalização do “campo onde hoje se situam as contradições mais profundas do capital” (Gago, 2023, p. 114). Nesse modelo despolitizado de emancipação feminina, as instituições do casamento e da família não são contestadas como instituições opressivas da ‘casa do patrão’ (Lorde, 2014): uma expressão de Lorde

encarnada pelo feminismo afro-americano que aponta para as raízes da dominação, pois não reproduz em suas práticas os instrumentos do opressor, mas inventa novos, estabelecendo uma interconexão entre diferentes formas de opressão social. Por outro lado, no modelo neoliberal e pós-feminista de empoderamento, a adesão aos papéis tradicionais é refutada com base em variáveis nas quais as tarefas reprodutivas são avaliadas como um obstáculo individual à carreira e uma limitação no acesso privilegiado ao mercado. Criticando o feminismo que teria gerado esse efeito, com a mudança do conflito da redistribuição para o reconhecimento, Fraser falou do feminismo da segunda onda como o “novo espírito do capitalismo”. Uma definição inspirada no ensaio de Max Weber sobre a ética protestante e extraída do trabalho de Luc Boltanski e Ève Chiapello, que definem com essa expressão o sistema justificativo das formas concretas assumidas pela acumulação de capital em uma determinada época (Boltanski & Chiapello, 2011). Segundo esses autores, de fato, a normatividade neoliberal teria encontrado seu motivo na crítica antirrepresentativa dirigida pelas mulheres ao Estado e teria incorporado os valores em nome dos quais o capitalismo fordista foi contestado pelos movimentos no final dos anos 1960; em primeiro lugar, a criatividade.

As eleições de Trump em 2016 e de Milei em 2023 anunciam uma virada nessa narrativa. Se, de fato, Wendy Brown reconhece no trumpismo uma continuidade perversa do processo de desdemocratização do Estado iniciado pela racionalidade neoliberal, Fraser descreveu a vitória de Trump como “uma revolta eleitoral, uma revolta contra as finanças globais” (Fraser, 2017). Mas a fase histórica que atravessamos hoje, marcada pelo genocídio na Palestina e pela economia de guerra, nos obriga a lidar com algo mais profundo no plano histórico. Certamente, deve-se registrar uma fratura na lógica de acumulação de capital, com a política de tarifas e a reconversão dos gastos públicos dos Estados para o rearmamento. Mas a destruição sistemática de Gaza como “laboratório de uma sociedade militarizada” (Chambers, 2025) nos obriga a lidar com a colonialidade do poder que informa o projeto de domínio e se traduz no uso indiscriminado da força e no comando do massacre dentro dos territórios ocupados em virtude do direito soberano (Mbembe, 2003). A conjuntura atual evidencia todos os limites de uma definição eurocêntrica da racionalidade neoliberal e nos obriga a compreender seu caráter global a partir da forma coercitiva com que se afirmou na América Latina para a implementação de um projeto hegemônico: primeiro, no Chile em 1973, com o golpe de Estado contra Allende e a ditadura de Pinochet, na Argentina (1976-1983) e, depois, no Peru. Evocada pelo populismo de Trump e Milei e revertida em seu contrário, - uma paixão fascista pelo ressentimento (Brown, 2019) e pela submissão a um desejo de liberdade governado pelo capital (Nelson, 2022), a liberdade emerge em sua trágica ambivalência e urgência histórica justamente à luz da dialética desencadeada pelo neoliberalismo em resposta aos movimentos de libertação, em uma economia de guerra marcada pela reativação do fanatismo patriarcal contra os corpos das mulheres e a liberdade feminina e transfeminista de viver fora das normas impostas pelo “mandato de gênero” (Segato, 2023). Como afirma Rita Segato, de fato, questionar as normas de gênero significa questionar as estruturas simbólicas do poder político mais arcaico, pré-histórico. Por isso, me parece útil desviar a atenção para as práticas políticas das mulheres na América Latina, onde a racionalidade neoliberal se afirmou em sua matriz autoritária como experiência originária de violência (Gago, 2023, p. 104). Um projeto ideológico levado adiante pelos “*fighters for freedom*” que, já a partir dos anos 30, visavam criar postos avançados para a realização da “utopia liberal” de Hayek para

a difusão da economia de mercado contra o socialismo e o dirigismo estatal. Ao mesmo tempo, é justamente no laboratório latino-americano (Mezzadra, Brighenti, 2012) que se afirmaram práticas comunitárias de ação e de “inovação organizacional” que desafiaram o extrativismo neoliberal e contestaram o seu imaginário. Basta pensar nos feminismos indígenas, comunitários, eco-territoriais (Svampa 2024): movimentos de mulheres que na Bolívia, Chapas, na fronteira entre Panamá e Colômbia (Kuna), na Amazônia, entrelaçam práticas cotidianas de autodeterminação em favor da justiça ambiental. Isso significa não apenas ver as interseções produzidas pela ordem patriarcal com outras formas de domínio - racial, colonial, de classe -, mas também recuperar o sentido histórico dos posicionamentos das mulheres que resistem a tais lógicas. “Território: nosso corpo, nosso espírito” foi, de fato, o slogan com o qual o movimento das mulheres indígenas afirmou sua atitude em relação à floresta amazônica, percebida como uma extensão vital do corpo. Nesse contexto organizacional de transformação social a partir da base, inscrevem-se as ações levadas adiante pelos movimentos feministas pela descriminalização e legalização do aborto, iniciadas na Argentina em 2018 com o movimento da maré verde e depois disseminadas com o *pañuelo* verde no Chile, Peru, Equador, Colômbia, Brasil e México como símbolo de união entre diferentes realidades, em favor da educação sexual e da contracepção livre. Pensemos no ciclo de mobilizações do *Ni Una Menos*, que se afirmou na Argentina em 2015 para denunciar a dimensão pública da violência de gênero - após o feminicídio de Lucía Pérez - e se espalhou pelo México, Peru e Chile, até chegar à Europa, na Polônia, com uma manifestação pública contra a proibição do aborto. Nesse contexto global, insere-se o instrumento transnacional da greve, afirmado em resposta à desvalorização do trabalho de cuidados historicamente atribuído às mulheres para a subsistência e a produção da vida. Uma crise da reprodução social intimamente ligada à dinâmica da exploração contemporânea, na medida em que circunscreve tudo o que não pode ser considerado trabalho remunerado (Morini, 2022) - afetos, relações, atividades gratuitas e improdutivas - a uma lógica de desempenho e lucro. A esta altura, surge o desafio feminista por uma política feminina que seja capaz de reter comunidades através da libertação de espaços capazes de interromper a narrativa dominante: espaços que visam a reconstrução de um tecido socioeconômico contrário à acumulação de capital, em que o espírito de lucro não é o eixo central. (Pérez Orozco, 2017), mas a vida em comum.

Nesse contexto, a noção de transnacional assume um significado concreto, preciso, alternativo aos mecanismos do Estado neoliberal, pois não envolve o fluxo de mercadorias e capitais, mas “os modos de vida, de pensamento e de ação que atravessam as fronteiras dos Estados” (Dardot & Laval, 2025) e mostram esse poder de relação e conexão justamente porque se localizam em uma pluralidade de ambientes que excedem a centralização estatal e a distinção entre ‘nós e os outros’, entre estrangeiros e nacionais, entre dominantes e dominados, governantes e governados. E, em virtude desse enraizamento, abrem campo para a transversalidade das alianças numa ótica feminista, anticapitalista e descolonial. Ou seja, elas estabelecem pontes a partir da materialidade de corpos que desobedecem às normas sociais por meio da arte de fronteira, ou seja, por meio de práticas de aliança entre corpos em movimento, como lembra o texto pioneiro do movimento feminista Negro e do Sul global, *This Bridge Called My Back* (Anzaldúa, Moraga, 1981), editado por Gloria Anzaldúa e Cherrie Moraga em 1981 e composto por escritos de Audre Lorde, Barbara Smith, Cheryl Clarke, Gloria Hull e Toni Cade Bambara.

Pioneira e inspiradora do feminismo interseccional, Audre Lorde dedicou sua vida à instituição do transnacional como prática composta por forças diferentes, interdependentes (*não dominantes*), na recusa em adotar a negritude como uma “posição política” essencialista e identitária, em favor de coalizões autênticas baseadas no reconhecimento de instâncias relacionadas às necessidades fundamentais. E se a matriz da liberdade feminina é política, essa politicidade não é moldada pela estrutura binária do Moderno e pela concepção liberal que excluiu e subverteu a liberdade em segurança, como nos lembra Hannah Arendt. Em *O que é a liberdade*, a pensadora afirma que a liberdade não pode, de forma alguma, ser considerada um atributo do pensamento ou da vontade, mas seu princípio inspirador se manifesta plenamente apenas no ato realizador (Arendt, 1961), em um espaço físico de participação - *infra, in-between* - habitado por ‘homens livres’. A feminização da política implica a dimensão relacional desse espaço. Ao mesmo tempo, ela desafia e contradiz suas premissas, pois seu enraizamento não ocorre na ‘esfera pública de genealogia masculina’ (Segato, 2023). Sua prática relacional se traduz em uma liberdade que não se desvincula do cuidado, mas brota das dobras da vida, nos lugares obscurecidos pelas dinâmicas de acumulação de capital. O desafio simbólico feminista está ligado à revelação desses mundos que não são mais privados e ainda não são públicos: recintos domésticos ressignificados por uma tomada de palavra em “um enraizamento relacional disfuncional ao projeto histórico do capital” (Segato, 2023, p. 52). Mas, ao mesmo tempo, o desafio é também a recuperação de genealogias e conhecimentos femininos que sejam capazes de reinscrever as estratégias domésticas no âmbito institucional. Isso nos remete à reflexão de Michel Foucault quando afirma que “A libertação abre um campo para novas relações de poder que devem ser controladas com práticas de liberdade” (Foucault, 1998): práticas “do processo e não do produto” (Segato, 2023, p. 53), das relações e não das coisas, ligadas a imaginários, línguas híbridas e conhecimentos excluídos pela razão moderna e mobilizados pelo feminismo decolonial naqueles espaços intermediários que Gloria Anzaldúa reivindica com o nome de *nepantla*. Somente a travessia desse espaço precário oferece as chaves para um *conhecimento*: um ativismo espiritual que torna possível uma ação transformadora das condições materiais de vida, precursora de uma nova visão da realidade, enraizada em uma percepção de comunidade e em imagens que suportam contradições e estabelecem pontes entre mundos em conflito. Desse espaço de interação, interdito aos esquemas eurocêntricos, nasce a “terceira perspectiva” (Anzaldúa, 1987) destacada por Anzaldúa, testemunhada por práticas transfronteiriças que se autodefinem feministas por estarem enraizadas em contextos locais. E nesse enraizamento, elas apelam para instâncias levadas adiante por grupos heterogêneos de mulheres, para cada uma das quais a liberdade não é o direito de possuir capital para dominar os outros, mas é o processo pelo qual se desenvolve uma prática que permite tornar-se “indisponível para a servidão” (Bambara, 1977, p. 77).

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherríe (orgs.). **This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color**. Watertown: Kitchen Table: Women of Color Press, 1981.

- ARENDDT, Hannah. **Between Past and Future**. New York: The Viking Press, 1961.
- BAMBARA, Toni Cade. **The Seabirds Are Still Alive: Collected Stories**. New York: Random House, 1977.
- BECKER, Gary. A theory of marriage, part I. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 81, n. 4, p. 813-846, 1973.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 2011.
- BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism and de-democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.
- BROWN, Wendy. One neoliberalism's scorpion tail. In: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (orgs.). **Mutant Neoliberalism: Market Rule and Political Rupture**. New York: Zone Books, 2019. p. 39-60.
- BROWN, Wendy. **The Rise of Antidemocratic Politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.
- CASALINI, Brunella. **Il femminismo e le sfide del neoliberismo: postfemminismo, sessismo, politiche della cura**. Roma: IF Press, 2018.
- CHAMBERS, Iain. **Lampedusa/Gaza: l'orologio coloniale e i linguaggi interrotti**. Napoli: Orthotes, 2025.
- CIOLLI, Martina. L'ordine patriarcale del mercato e la reazione neoliberale al movimento femminista statunitense (1970-1980). **Scienza & Politica**, Bologna, v. 36, n. 70, p. 133-152, 2024. DOI: 10.6092/issn.1825-9618/19858.
- COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. New York: Zone Books, 2017.
- COX, Laurence; O'CONNOR, Brian. Trumpism, fascism and neoliberalism. **Journal of Social Theory**. London; New York: Routledge, 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale**. Paris: La Découverte, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Instituer les mondes: pour une cosmopolitique des communs**. Paris: La Découverte, 2025.
- ESPOSITO, Marianna. **Gli spazi di mezzo: pratiche e politiche dei corpi**. Milano: Mimesis, 2025.
- ESPOSTO, Elena; MOINI, Giulio. Fare un passo di lato per farne due avanti: la nuova stagione del neoliberalismo dopo la crisi pandemica. **Quaderni di Sociologia**, Torino, nova série, v. 68, n. 94, n. 1, 2024.
- FALUDI, Susan. **Backlash: The Undeclared War Against American Women**. New York: Three Rivers Press, 1991.
- FEDERICI, Silvia. **Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas**. Buenos Aires: Editorial Madreselva, 2018.

FOUCAULT, Michel. L'etica della cura di sé come pratica della libertà. In: PANDOLFI, Angela (org.). **Archivio Foucault 3**: estetica dell'esistenza, etica, politica (1978-1985). Milano: Feltrinelli, 1998.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism**: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis. London: Verso, 2013.

FRASER, Nancy. The end of progressive neoliberalism. **Dissent**, New York, 2 jan. 2017. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser/. Acesso em: 13 dez. 2025.

GAGO, Verónica. La crítica al neoliberalismo como gesto feminista. In: CURCIO, Anna (org.). **Introduzione ai femminismi**: genere, razza, classe, riproduzione: dal marxismo al queer. Roma: DeriveApprodi, 2023. E-book Kindle.

GERSTLE, Gary. **The Rise and Fall of the Neoliberal Order**: America and the World in the Free Market Era. Oxford: Oxford University Press, 2022.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.

KRISTOL, Irving. **Reflections of a Neoconservative**: Looking Back, Looking Ahead. New York: Basic Books, 1983.

LORDE, Audre. **Sister Outsider**: Essays and Speeches. Berkeley: Crossing Press, 2007.

MEZZADRA, Sandro; BRIGHENTI, Andrea. Il laboratorio politico latino-americano. In: BALDASSARI, Massimo; MELEGARI, Daniela (orgs.). **Populismo e democrazia radicale**: in dialogo con Ernesto Laclau. Verona: Ombre Corte, 2012. p. 299-319.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, Durham, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

MORINI, Cristina. **Vite lavorate**: corpi, valore, resistenze al disamore. Roma: Manifestolibri, 2022.

NELSON, Maggie. **On Freedom**: Four Songs of Care and Constraint. Minneapolis: Graywolf Press, 2022.

PÉREZ OROZCO, Amaia. Espacios económicos de subversión feminista. **Viento Sur**, Madrid, n. 150, p. 111-119, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contro le donne**. Tradução de M. Biagiotti; R. Granelli. Napoli: Tamu, 2023.

SVAMPA, Maristella. Perspectivas teóricas y prácticas de los ecofeminismos latinoamericanos. In: FERNÁNDEZ, Florencia; PUENTE, Florencia (coord.). **Feminismos ecoterritoriales en América Latina**: ciudad, crear, re-existir. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburg, 2024. p. 21-52.